

Manifestação de 13 de maio de 2010, na instalação da 15ª Turma do c. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, feita na condição de Presidente Regimental (posto que, até então, os integrantes daquela c. Turma julgadora não tinham sido nomeados).

Evaldo Cabral de Mello (que organizou um livro sobre Joaquim Nabuco), entende que é preciso não esquecer que Nabuco foi o grande reformador social do Brasil, onde nunca houve uma reforma social da extensão do impacto da abolição, tudo isso feito de forma legal, por meios estritamente parlamentares, a mais importante da história brasileira.

E arremata: foi pessoa extremamente equilibrada, mesmo quando fazia a campanha abolicionista. Criticou a República por não ter completado a obra da abolição, incompleta até hoje. Nabuco foi criado como uma pessoa conservadora. Era, enfim, um liberal conservador. Mexia-se na escravidão, mas não na propriedade (O Estado de São Paulo, 24.07.2010).

Relembre-se que, até então, entendia-se a impossibilidade de o negro ter uma alma. Até mesmo Montesquieu (L'Esprit des Loix) - e nada obstante o Iluminismo - escreveu que não havia como conceber que Deus, que é um Ser sapientíssimo, tivesse infundido uma

alma, sobretudo uma boa alma, num corpo tão negro (sic). E referia que uma prova de que os negros não teriam senso comum, seria a de que não distinguiam um colar de contas de vidro, de outro, elaborado com ouro ... (No capítulo que o autor trata da escravidão, verifica-se a visão meramente econômica de Montesquieu).

Neste treze de maio, data em que se comemora mais um aniversário da assinatura da Lei Áurea, entendo oportuno fazer referência a um dos grandes brasileiros, talvez o maior dos abolicionistas, cujo centenário de falecimento ocorreu em janeiro.

Como escreveu Celso Lafer, a sua ação política em prol da abolição e a sua reflexão sobre o papel constitutivo da escravidão na História nacional e a importância de reconstruir o País, desconstruindo o seu legado, dele fazem não só um paradigma de homem público, mas um intérprete maior do Brasil. Um Estadista do Império, a admirável biografia que escreveu sobre seu pai, o senador Nabuco de Araújo, é, pelo cuidado documental, pelo apuro analítico e pela incomparável qualidade da escrita, o livro que continua sendo, na bibliografia brasileira, o que oferece o melhor acesso ao entendimento das instituições políticas do Brasil de dom Pedro II. Minha Formação é, nas letras brasileiras, um dos pontos mais altos da narrativa autobiográfica.

Joaquim Nabuco foi o qualificado advogado do Brasil no contencioso territorial com a Inglaterra a

propósito dos limites da Guiana Inglesa, submetido à arbitragem do rei da Itália, e o seu memorial é um exemplo de exposição, com clareza e abrangência, de fatos complicados. Foi um grande diplomata, que, como nosso primeiro embaixador em Washington na época da ascensão inicial dos EUA no mundo, mostrou como um agente diplomático pode abrir caminhos para seu país mesclando capacidade de formulação, competência política, presença social, irradiação intelectual e sagaz trato com a imprensa. Nabuco também foi um importante parceiro de Machado de Assis na consolidação da Academia Brasileira de Letras, que, como instituição cultural voltada para valorizar o papel dos intelectuais na sociedade brasileira, precisou, para isso, reunir, no seu momento inaugural, monarquistas e republicanos num espaço comum de cortesia e civilidade.

A esses tantos méritos cabe acrescentar que Joaquim Nabuco foi, até no calor dos embates, um grande e superior analista da política, capaz, com sua palavra, de associar movimento e ordem na sua reflexão. Antecipa, com argúcia, no seu livro Balmaceda (1895), o tema da governabilidade democrática, ao examinar a crise, no Chile, da conflitiva Presidência Balmaceda, que levou a uma guerra civil e culminou no suicídio do presidente.

Joaquim Nabuco dissera que a escravidão havia sido oficialmente superada, mas que, do ponto de vista social e histórico, deixava uma herança de duras repercussões em nossa formação social. Vencida a escravidão na Lei, restava vencê-la no âmago da sociedade.

Como escreveu Miguel Reale Júnior, é espantoso, mas apenas em 1879 começou a campanha abolicionista visando à emancipação plena dos escravos. Com 30 anos, deputado por Pernambuco, Nabuco, ao lado de 14 parlamentares, lançou a campanha pela abolição e fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

Antes apenas houvera manifestações individuais em favor da erradicação da escravatura, como a dos Andradas na Assembleia Constituinte de 1823. José Bonifácio passara, após a independência, a pensar num projeto de nação sem escravidão e sem a degeneração moral dela decorrente, propondo também medidas de assistência aos escravos após libertos. Para o Patriarca, não poderia haver "uma Constituição liberal e duradoura num país continuamente habitado por uma multidão de escravos".

Se o que dá força ao abolicionismo não é principalmente o sentimento religioso, o qual não é a alavanca de progresso que poderia ser, por ter sido desnaturado pelo próprio clero, também não é o espírito de caridade ou filantropia. A guerra contra a escravidão foi, na Inglaterra, um movimento religioso e filantrópico, determinado por sentimentos que nada tinham de político, senão no sentido em que se pode chamar política à moral social do Evangelho. No Brasil, porém, o abolicionismo é antes de tudo um movimento político, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de

um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.

Joaquim Nabuco dissera que a escravidão havia sido oficialmente superada, mas que, do ponto de vista social e histórico, deixava uma herança de duras repercussões em nossa formação social. Vencida a escravidão na Lei, restava vencê-la no âmago da sociedade, e foi essa a lição de Joaquim Nabuco a qual influenciou poderosamente no espírito de Gilberto Freyre.

O maior de todos os tribunos deste País, **JOAQUIM NABUCO**, comentou, em seu diário, o fato de a imprensa atacar o Juiz Bradley, da Corte Suprema dos Estados Unidos da América. (Como se sabe, foi o voto desse Juiz o condutor da decisão daquela Corte que de fato fez a Hayes, presidente). Dizia-se que Bradley mudou de opinião depois de ouvir os diretores da estrada de ferro do Pacífico.

E esclarece **JOAQUIM NABUCO** ("*Minha formação*", Editora Tecnoprint S.A., Rio de Janeiro, pág. 158):

"Bradley entendeu dever justificar-se pela imprensa. Nessa justificação, admitindo a possibilidade de ter expressado a seus colegas durante o processo uma opinião diversa da que deu,

ele conta que escrevia razões ora em um sentido, ora em outro, sobre o voto da Flórida, tendo chegado ao voto que deu, depois de muita dúvida. Esta carta a um jornal de Nova Iorque é curiosa em muitos pontos de vista".

Diante disso, Nabuco concluiu que a vacilação é mais consentânea com a distribuição de justiça. Esta é originada de convicção inabalável e inabalada. Já a obstinação é falta de percepção e exclusivismo do juízo. As dúvidas apenas provam a sinceridade do processo lógico de investigação.

O trecho em questão é o seguinte:

"Um juiz que vacila, que chega a conclusões diferentes durante muitos dias, deveria considerar definitiva a opinião que ocasionalmente predomina em espírito no momento de ser tomado o voto? Não será provável, pelo menos possível, que ele mude ainda de juízo, depois de emitido o seu voto, isto é, de irreparável? Por outro lado, essas dúvidas não provarão a sinceridade do processo lógico de investigação, e poder-se-á exigir do juiz que tenha, desde o começo de uma causa, opinião formada? A vacilação quadra menos com a distribuição da justiça, a qual deve sempre proceder de uma convicção inabalável e inabalada, do que a obstinação, que muitas vezes é a falta de percepção e exclusivismo de juízo. Quanto à força que a reflexão posterior tem dado em seu espírito ao voto que emitiu, é esse um

fenômeno de assentimento da consciência, muito comum na magistratura. Cometido o erro, a inteligência o toma como verdade, porque é o interesse do bom nome do juiz."

Resumo da vida da Joaquim Nabuco.

Joaquim Aurélio Barreto Nabuco de Araújo era filho do Senador José Tomás Nabuco de Araújo e de Ana Benigna Barreto Nabuco de Araújo. Estudou humanidades no Colégio Pedro 2o, do Rio de Janeiro, bacharelando-se em Letras.

Em 1865, seguiu para São Paulo, onde fez os três primeiros anos de direito. Formou-se no Recife, em 1870. Entrou logo para o serviço diplomático, como adido de primeira classe em Londres, depois em Washington, de 1876 a 1879.

Atraído pela política interna, foi eleito deputado por sua província, passando a residir no Rio de Janeiro. Sua entrada para a Câmara marcou o início de sua campanha em favor da abolição da escravatura. Em 1883, em Londres, publicou "O Abolicionismo", sua principal obra.

De regresso ao país, foi novamente eleito deputado por Pernambuco, retomando o lugar de líder da campanha abolicionista. Ao ser proclamada a República, em 1889, permaneceu intransigente nas convicções monarquistas e, mais de uma vez, resistiu ao apelo dos chefes da nova política para tornar ao serviço diplomático. Retirou-se da vida pública, dedicando-se à sua obra e ao estudo.

Nessa fase de espontânea abstenção política, Joaquim Nabuco viveu no Rio de Janeiro, exercendo a advocacia e fazendo jornalismo. Freqüentava a redação da "Revista Brasileira", onde estreitou relações e amizade com Machado de Assis, José Veríssimo, Lúcio de Mendonça, cujo convívio fez nascer a Academia Brasileira de Letras, em 1897.

Em 1901, voltou à diplomacia, foi embaixador do Brasil em Londres e, a partir de 1905, em Washington. Em 1906, veio ao Rio de Janeiro para presidir a 3ª Conferência Pan-Americana. Era defensor do pan-americanismo, no sentido de uma ampla e efetiva aproximação continental.

Tinha grande prestígio entre as autoridades americanas. Quando faleceu, em Washington, seu corpo foi conduzido, em ato solene, para o cemitério da capital norte-americana, e depois trasladado para o Brasil. Do Rio de Janeiro foi transportado, finalmente, para o Recife.

Foi diplomata, político, orador, poeta e memorialista. Além de "O Abolicionismo", "Minha Formação" figura como uma importante obra de memórias, onde se percebe o paradoxo de quem foi educado por uma família escravocrata, mas optou pela luta em favor dos escravos.

Nabuco diz sentir "saudade do escravo" pela generosidade deles, num contraponto ao egoísmo do senhor. "A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil", sentenciou.

Publicações sobre Joaquim Nabuco

Sob o prisma da escravidão Miguel Reale Júnior

Sábado, 06 de Fevereiro de 2010 OESP

Este é o ano Joaquim Nabuco, centenário de sua morte.

Dedicou-se ele com ardor pelo fim da escravidão. É espantoso, mas apenas em 1879 começou a campanha abolicionista visando à emancipação plena dos escravos. Com 30 anos, deputado por Pernambuco, Nabuco, ao lado de 14 parlamentares, lançou a campanha pela abolição e fundou a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão.

Antes apenas houvera manifestações individuais em favor da erradicação da escravatura, como a dos Andradas na Assembleia Constituinte de 1823. José Bonifácio passara, após a independência, a pensar num projeto de nação sem escravidão e sem a degeneração moral dela decorrente, propondo também medidas de assistência aos escravos após libertos. Para o Patriarca, não poderia haver "uma Constituição liberal e duradoura num país continuamente habitado por uma multidão de escravos".

Em 1831, na Regência de Feijó, instituíra-se, por pressão da Inglaterra, lei pela qual o africano introduzido no País a partir de então seria livre. A lei não "pegou" e surgiu a expressão "para inglês ver", pois mais de 1 milhão de negros

foram trazidos da África até o tráfico ser suprimido, em 1850. As medidas contra a escravatura cingiam-se a limitar a gangrena, não a eliminá-la, como dizia Nabuco, pois a Lei do Ventre Livre libertava os filhos de escravos nascidos após setembro de 1871, mas tão só ao completarem 21 anos.

Nabuco não foi reeleito em 1881. Residindo em Londres, continuava a luta pela libertação dos escravos em contato contínuo com a Anti-Slavery Society na capital inglesa. Escreveu, em Londres, O Abolicionismo, que, nos termos atuais, revela-se uma verdadeira história cultural do social, a mostrar como a sociedade brasileira de então representava a Nação e a si mesma pelo prisma da escravidão. Esta moldara a psicologia coletiva do País, infundindo uma forma de vida, de sentimentos, de valores, em suma, uma estrutura mental a penetrar em todos os ramos de atividade, da economia à religião. A escravidão não era apenas uma conveniência econômica, era um modo de compreensão da existência.

Por isso, escrevia em O Abolicionismo: "O nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral, acha-se terrivelmente afetada pelas influências com que a escravidão passou 300 anos a permear a sociedade brasileira."

Este permear inteiramente a sociedade levou à adoção da escravidão pela própria Igreja, que negava na prática cotidiana o valor da caridade, pois conventos e todo o clero secular tinham escravos e estes viam no sacerdote "senão um homem que os podia comprar".

A escravidão contaminava de imediato os estrangeiros aqui residentes. Conforme Nabuco, os europeus estabelecidos no País em grande proporção possuíam escravos ou não acreditavam num Brasil sem escravos e temiam pelos seus interesses.

O atraso do Brasil no século 19 encontra forte explicação na escravidão. Para Nabuco, esta "não consente, em parte alguma, classes operárias propriamente ditas, nem é compatível com o regime do salário e a dignidade pessoal do artífice". De outra parte, escravidão e indústria são inconciliáveis, de vez que a escravidão sufocava a força motora da indústria, "a iniciativa, a invenção, a energia individual", bem como os elementos de que ela precisa, como "a associação de capitais, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro".

Assinalou Nabuco, em outra obra exemplar, *Minha Formação*, que na campanha abolicionista a principal arma estava na "ação motora dos espíritos que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento". Era necessário, portanto, envolver a sociedade contra a escravidão para assim atuar sobre o Parlamento. O livro *O Abolicionismo* foi, então, obra que visava a ser uma arma de combate na denúncia da podridão da escravatura e no chamamento à luta pela sua abolição.

Ali descreve Nabuco, com todas as letras, em que consistia a escravidão, aceita por todas as classes sociais como natural disposição plena do outro, sobre o qual era permitido fazer de tudo, menos matar. Em comovente passagem, retrata o escravo como "o órfão do destino, esse enjeitado da humanidade, que antes de nascer estremece sob o chicote vibrado nas costas da mãe (...) e cresce no meio da abjeção

da sua classe, corrompido, desmoralizado, embrutecido pela vida da senzala, que aprende a não levantar os olhos para o senhor, (...) condenado a não possuir a si mesmo inteiramente uma hora só na vida". Ao senhor tudo era permitido.

Esta fruição de alguém a seu bel-prazer, dispondo inteiramente de sua vida, do nascer ao morrer, só poderia levar à insensibilidade moral denunciada por Nabuco, que atribuía à escravidão a "destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva - a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária".

Para Nabuco, não só a raça negra não era uma raça inferior, como constituía um elemento de considerável importância nacional, parte integrante do povo brasileiro, pois onde havia algo construído lá se contara com o esforço dos africanos ou de seus descendentes.

A responsabilidade pela escravidão era de todos os que a consentiam. Nabuco conclamou os brasileiros à luta em favor da abolição, buscando que viesse a ser consagrada em lei, o que só ocorreu dez anos depois do início da campanha abolicionista. Deu-se fim à escravidão, mas os negros continuaram presos à discriminação, à pobreza, à falta de condições de ascender na sociedade.

O centenário de morte de Nabuco é uma boa oportunidade de se examinar em que medida ainda atuam sequelas da escravidão no comportamento do brasileiro, ao aceitar a normalidade da corrupção, os privilégios, o desrespeito à lei, ou ao se

recorrer, como frisou Roberto Da Matta, ao "sabe com quem está falando?".

Nabuco e a governabilidade

Celso Lafer

Joaquim Nabuco, cujo centenário de falecimento ocorreu em janeiro, é uma das grandes figuras do Brasil. A sua ação política em prol da abolição e a sua reflexão sobre o papel constitutivo da escravidão na História nacional e a importância de reconstruir o País, desconstruindo o seu legado, dele fazem não só um paradigma de homem público, mas um intérprete maior do Brasil. Um Estadista do Império, a admirável biografia que escreveu sobre seu pai, o senador Nabuco de Araújo, é, pelo cuidado documental, pelo apuro analítico e pela incomparável qualidade da escrita, o livro que continua sendo, na bibliografia brasileira, o que oferece o melhor acesso ao entendimento das instituições políticas do Brasil de dom Pedro II. Minha Formação é, nas letras brasileiras, um dos pontos mais altos da narrativa autobiográfica.

Joaquim Nabuco foi o qualificado advogado do Brasil no contencioso territorial com a Inglaterra a propósito dos limites da Guiana Inglesa, submetido à arbitragem do rei da Itália, e o seu memorial é um exemplo de exposição, com clareza e abrangência, de fatos complicados. Foi um grande diplomata, que, como nosso primeiro embaixador em Washington

na época da ascensão inicial dos EUA no mundo, mostrou como um agente diplomático pode abrir caminhos para seu país mesclando capacidade de formulação, competência política, presença social, irradiação intelectual e sagaz trato com a imprensa. Nabuco também foi um importante parceiro de Machado de Assis na consolidação da Academia Brasileira de Letras, que, como instituição cultural voltada para valorizar o papel dos intelectuais na sociedade brasileira, precisou, para isso, reunir, no seu momento inaugural, monarquistas e republicanos num espaço comum de cortesia e civilidade.

A esses tantos méritos cabe acrescentar que Joaquim Nabuco foi, até no calor dos embates, um grande e superior analista da política, capaz, com sua palavra, de associar movimento e ordem na sua reflexão. Antecipa, com argúcia, no seu livro Balmaceda (1895), o tema da governabilidade democrática, ao examinar a crise, no Chile, da conflitiva Presidência Balmaceda, que levou a uma guerra civil e culminou no suicídio do presidente.

O pano de fundo de Balmaceda - republicado em 2008 pela Cosac Naify, com um prefácio do estudioso chileno Jorge Edwards e um posfácio de José Almino de Alencar - insere-se no âmbito da crítica política de Nabuco aos anos iniciais da República brasileira. Em 1890, escrevendo sobre Porque continuo a ser monarquista, dizia: "A República dos países latinos da América é um governo no qual é essencial desistir da liberdade para obter a ordem." E vaticinou que a República no Brasil "há de ser fatalmente uma forma inferior de despotismo desde que não pode ser uma forma superior de anarquia".

Floriano Peixoto, na Presidência, confirmou os temores de Nabuco. Qualificou a gestão do Marechal de Ferro de tirania jacobina, fruto de uma combinação entre Robespierre e o dr. Francia, do Paraguai, que, com ódio ao modo do caudilho Rosas, da Argentina, instigou a degola na Revolução Federalista do Rio Grande do Sul e, para conter a Revolta da Armada e se manter no poder, teve de recorrer, paradoxalmente para um nacionalista, à intervenção de esquadras estrangeiras.

Em Balmaceda, Nabuco, para discutir a capacidade de governar e a qualidade do juízo político, contrapõe o espírito de reforma ao espírito sistemático, científico e radical, que gera a intransigência da convicta infalibilidade. Aponta que Balmaceda fazia parte da família dos radicais, agravado pelo fato de ser um "teorista cru". Por isso empreendeu a ditadura e fez irromper no Chile o germe do militarismo político. Em nossos países, dizia Nabuco, "a nação se mantém em minoridade permanente". Daí, como aponta Fernando Henrique Cardoso no elucidativo prefácio à edição chilena de 2000 de Balmaceda, a recorrente atualidade dos fenômenos de instabilidade política analisados por Nabuco: populismo do Executivo, inação do Legislativo, fragmentação do sistema partidário, estrutura oligárquica do poder, militarismo.

Nabuco, no tecer reflexivo da narrativa de uma grande crise política, vai além da crítica a Balmaceda, na qual subjaz a crítica a Floriano. Antecipa o que veio a ser o debate reforma x revolução, para o qual a História do século 20 deu as suas respostas. Esclarece, como reformista, o desafio da governabilidade democrática, que é o de levar adiante

políticas públicas consistentes, que permitam avaliar os governantes pelo resultado da sua administração, comparando o "estado em que receberam o país e o estado em que o deixaram". Ilumina os riscos do hiato entre aspirações e consequências, muito relevante para a análise dos "refundacionistas" latino-americanos, que veem em Balmaceda um antecipador das suas propostas.

Nabuco realça, no post-scriptum do seu livro, que o Brasil, com a República, começou a fazer parte de um sistema político mais vasto: o latino-americano, pois deixou de ser, com a derrocada da monarquia, em cuja evolução democrática ele acreditava, o institucionalmente diferente na região - um Império unitário de fala portuguesa em meio a múltiplas Repúblicas hispânicas. Por isso "o observador brasileiro para ter ideia exata da direção que levamos é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental". Neste auscultar destaca, além dos riscos do desgoverno, a falta de "consciência do Direito, da Liberdade e da Lei". É um registro sobre "nuestra América" que não perdeu atualidade e é relevante na identificação do interesse nacional no contexto diplomático da nossa fundamental inserção regional. Não custa lembrar, a propósito dos direitos humanos e da cláusula democrática, que, como pontua Nabuco, os despotismos "defendem-se nas trevas, com o dinheiro, com o terror, com o silêncio".

Celso Lafer, professor titular da Faculdade de Direito da USP, membro da Academia Brasileira de Ciências e da Academia

Brasileira de Letras, foi ministro das Relações Exteriores no governo FHC